

## A IDEIA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO CHAVE PARA A CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA E A INSTAURAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL<sup>1</sup>

THE IDEA OF SCHOOL EDUCATION AS A KEY FOR THE BRAZILIAN NATIONALITY CONSTRUCTION AND SCHOOL GROUPS ESTABLISHMENT IN BRAZIL

Vivia de Melo Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo é originário de pesquisas desenvolvidas no interior da disciplina Educação Brasileira, componente curricular do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/CE/UFPB), durante o período letivo 2008.1. Tem como objetivo, assinalar a relação entre a ideia de educação apresentada por intelectuais, no final do Império para a República, com a implantação de uma nova organização do ensino no Brasil: as escolas graduadas ou grupos escolares. Para esta discussão, retomamos as ideias de Manoel Bomfim, Rui Barbosa e Benjamin Constant, pontuando a relação com as propostas lançadas à instauração e organização dos grupos escolares no Brasil.

**Palavras-chave:** Ideário nacional. Grupos escolares. Educação popular.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo assinalar a relação entre a ideia de educação escolarizada como chave para a construção da nacionalidade brasileira, bem como, para a solução dos problemas do país, arraigada na transição do Império para o período republicano, com a implantação de uma nova organização do ensino no Brasil: as escolas graduadas ou grupos escolares.

Esse estudo compreende uma revisão das principais ideias educacionais de Manoel Bomfim, Benjamin Constant e Rui Barbosa, articulando-as com o resultado de investigações científicas sobre a implantação dos grupos escolares no Brasil.

É importante especificar que no Brasil, a implantação dos grupos escolares ocorre concomitantemente à disseminação do ideário de educação escolarizada como redentora da humanidade. Desse modo, eis a pertinência e relevância deste texto em identificar a relação entre esse ideário e a implantação dos grupos escolares no país.

---

<sup>1</sup> Este texto é uma reformulação de um trabalho encaminhado ao XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado na cidade de Guarabira-PB, em outubro de 2008.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Fundamentação da Educação do Centro de Educação da UFPB. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), mestre pelo mesmo programa (2009) e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (2007). E-mail: viviafag@yahoo.com.br

Ainda é válido destacar que a organização deste texto é decorrente da produção investigativa desenvolvida no interior da disciplina Educação Brasileira, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/CE/UFPB).

Além disso, esse estudo integra parte de uma pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento, voltada ao estudo do primeiro grupo escolar da cidade de Campina Grande-PB.

### **O (S) IDEÁRIO (S) EDUCACIONAL (IS) DE MANOEL BOMFIM, BENJAMIN CONSTANT E RUI BARBOSA**

Desde o final dos oitocentos e, principalmente, durante a primeira metade do século XX, o debate sobre a construção da nacionalidade brasileira, mediante instrução pública, ganha visibilidade nos discursos de intelectuais do período, como exemplo, nas ideias de Manoel Bomfim, Benjamin Constant e Rui Barbosa. É no discurso de intelectuais como esses que a educação escolarizada voltada a toda população do Brasil consagra-se como elemento principal para possibilitar a configuração da identidade nacional, bem como, o desenvolvimento do país, em termos, principalmente, socioeconômico.

Manoel Bomfim em sua obra *A América Latina: males de origem*, publicada em 1903, ao discutir o problema da nacionalidade de países sul-americanos assinala a instrução popular como meio essencial e indispensável ao progresso de um país. Segundo Bomfim,

É pela difusão da instrução, criando um meio intelectual mais largo e mais elevado, tornando novos campos de atividades, onde se desafoguem os espíritos de combatentes e ardorosos - é por esse meio que se obterá a transformação dessas lutas: elevando suficientemente o nível intelectual das populações, porque não se prestam a quanto levante a caudilhagem prepara, porque não vão bestialmente atrás de todo o ambicioso que as convida para assaltar o governo, pronto a espingardeá-la depois. Enquanto não derem à massa popular essa instrução, continuando a pesar sobre as sociedades esta influência nefasta do passado, as lutas materiais persistirão, concorrendo para fazer estas nacionalidades cada vez mais infelizes [...]. (BOMFIM, 1993, p. 283)

Sendo assim, fica bastante claro que para Bomfim é, sobretudo, por meio da educação e da conscientização da população que um país pode desenvolver-se. Usando suas palavras, pode sair da posição de “parasitado”.

Esse autor ainda reforça a ideia de educação como meio para o progresso de uma nação, usando a metáfora de instrução popular como remédio para salvar um país da

doença denominada atraso. Todavia, Bomfim esclarece que a instrução popular não é o único objetivo do progresso de uma nação, mas o “meio principal” para atingi-lo. (BOMFIM, 1993).

Seguindo a mesma ideia de educação escolar como mola propulsora para o desenvolvimento de uma nação em estado de atraso, Benjamin Constant Lança em 1890 a Reforma do ensino, contemplando o ensino primário e o secundário. Essa reforma, embora voltada ao Distrito Federal, de acordo com Saviani (2007, p.165), “[...] poderia constituir-se em referência para a organização do ensino nos estados [...]”.

Benjamin Constant tinha como princípios básicos, voltados à educação escolarizada, a liberdade e laicidade do ensino. Este positivista defendia também o ensino obrigatório, destacando a necessidade de a escola preparar novas opiniões e costumes para propiciar um suposto desenvolvimento nacional. Essa ideia pode ser percebida no seguinte trecho escrito por Nogueira e Lima, quando trata do ideal republicano de Benjamin Constant:

A obrigatoriedade do ensino é uma das muitas panaceias inventadas para sanar males que não comportam remédio *legal* e que só podem ser debelados pela modificação gradual e lenta das opiniões e dos costumes. (NOGUEIRA; LIMA, 1936, p. 131)

Em uma mesma linha de raciocínio, Rui Barbosa aponta a educação para o povo brasileiro como condição necessária para a superação dos males que afligiam a nação, do ponto de vista econômico, político e social. Ou seja, a educação seria o elemento indispensável para a transformação da nação; transformação esta que venceria a ignorância da população, possibilitando a evolução e modernização do país (NASCIMENTO, 1997). Essa concepção é ilustrada no seguinte discurso de Rui,

A chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta, é só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação, eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do País. Para o vencer releva instauemos o serviço da defesa nacional contra a ignorância, serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de colocar-se intransigentemente à tibieza dos nossos governos e cumprimento do seu supremo dever para com a pátria... A educação geral do povo é exatamente, na mais literal acepção da palavra, o primeiro elemento de ordem, a mais decisiva condição de superioridade militar e a maior de todas as forças produtivas. (BARBOSA apud VALLE, 1997, p.51)

Desse modo, a educação consagra-se como requisito mister para o desenvolvimento da nação brasileira.

Tratando dos pareceres de Rui Barbosa, Machado (2004) salienta que nestes o republicano defendia a educação escolarizada, voltada a toda população, como espaço de formação da inteligência popular, a qual, nas ideias do próprio Rui, era fundamental para reconstituição do caráter nacional. Especificando a ideia de educação proposta por Rui o autor acima mencionado cita que:

A educação, para Rui Barbosa, poderia contribuir para promover a transformação do país em diversas instâncias. Ele propõe a educação técnica e científica com vistas na preparação do escravo liberto e do trabalhador nacional para o trabalho agrícola e, principalmente, industrial. Preocupa-se também com a preparação do homem para exercer a cidadania, participar como cidadão esclarecido da vida política do país; país este democrático. O sufrágio universal estava diretamente ligado à necessidade de instrução. (MACHADO, 2004, p.76)

Frente a essa citação, fica evidente a ideia de Rui de que é papel da educação escolarizada formar homens para promoverem mudanças no Brasil; mudanças de ordem social, histórica e econômica. Ou seja, para Rui “a escola foi colocada [...] como condição de progresso” (MACHADO, 2004, p.77).

A partir do exposto, concernente às ideias de Manoel Bomfim, Benjamin Constant e Rui Barbosa, foi possível perceber uma concordância no que tange ao papel da educação escolarizada. Esta concordância, apontada anteriormente, refere-se ao ideário de educação escolar, a ser disseminada a todo povo brasileiro, como forma de assegurar uma transformação no país, que, grosso modo, propiciaria o desenvolvimento do mesmo.

### **INSTAURAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL E SUAS ESPECIFICIDADES**

No interior desse contexto, no qual permeia a ideia de construção/ transformação da nação brasileira como projeto eminentemente educacional, sobressai o objetivo de difundir o ensino a toda população. Segundo Souza e Faria Filho,

[...] Por todas as regiões do país verificam-se semelhanças nas representações e nas práticas discursivas em torno da importância política e social da instrução pública vinculada às expectativas de desenvolvimento econômico, de progresso, de modernização e de manutenção do regime republicano [...]. (SOUZA E FARIAS FILHO, 2006, p. 29)

Esse objetivo de difusão da educação escolarizada à população em massa, de acordo com Saviani (2004), é proposto, *a priori*, a ser deixado sob a responsabilidade do poder Central, que teria a tarefa de organizar e manter integralmente escolas em todo território brasileiro, principalmente o ensino primário.

Contudo, nesse momento, a responsabilidade do ensino primário ficou a cargo único dos estados federativos, aos quais cabia legislar e promover esse nível de ensino. Isso pode ser observado no seguinte artigo e incisos da primeira Constituição da República brasileira, de 24 de fevereiro de 1891, “Art. 35- Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: 3º Criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º Prover a instrução secundária no Distrito Federal”. (BRASIL, 1891)

Desse modo, “[...] [foram] os estados que [ficaram para] enfrentar a questão da difusão da instrução mediante a disseminação das escolas primárias [...]” (SAVIANI, 2004, p.22-23). Então, sob a responsabilidade de cada estado brasileiro, a escola primária vai sendo disseminada primeiramente nas regiões que melhor podiam oferecê-la, como foi o caso estado de São Paulo.

Com ritmos e especificidades próprias, entre as regiões, essa disseminação, situada entre o fim do Império e a primeira metade da República, inaugura o novo modelo de ensino primário no Brasil: as escolas graduadas ou grupos escolares.

Esse novo modelo de organização do ensino introduzido no Brasil, conforme Souza (2004), recebeu influência da organização escolar instalada em países considerados civilizados, como Estados Unidos e vários países europeus, citando alguns Alemanha, França e Portugal.

A primeira implantação desse modelo de organização de ensino primário no Brasil é no estado de São Paulo, que segundo Souza (1998) data o ano de 1893. O resultado dessa implantação decorre da organização do Sistema Público de ensino, introduzido pelos republicanos.

Os grupos escolares, portanto, passaram a caracterizar um novo modelo organizacional de ensino que corroborava com as ideias de disseminação do ensino a toda a população. Ideias essas difundidas, como já citamos, por intelectuais da época para possibilitar o desenvolvimento nacional. Esse novo modelo,

Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos. (SOUZA, 2006, p. 35)

Assim como no estado de São Paulo outros estados brasileiros incorporaram esse novo modelo de organizar o ensino primário. No estado do Maranhão, de acordo com

Motta (2006, p. 144), “[...] os grupos escolares foram instituídos inicialmente no município de São Luís - capital do estado - pela Lei Estadual nº323, de 26 de março de 1903 [...]”. No mesmo ano (1903), esse modelo é também implantado no Paraná, especificamente em Curitiba, a partir da qual se estende aos demais municípios paranaenses (SAVIANI, 2007).

Em 1902, conforme Faria Filho (2000), o inspetor do ensino de Minas Gerais ao fazer uma viagem a São Paulo fica deslumbrado com a organização das escolas primárias do então estado. A partir de então leva a proposta ao estado de Minas Gerais, que em 1906 adere, de fato, ao modelo de grupos escolares, construindo e implantando em Belo Horizonte o primeiro grupo escolar do Estado, tendo da mesma forma como em São Paulo, o objetivo de modernizar a educação e, conseqüentemente, promover a melhoria do estado de Minas Gerais.

No Rio Grande do Norte e no estado do Espírito Santo, o primeiro grupo escolar é instalado em 1908 (SAVIANI, 2007). Esses também foram amplamente influenciados pelo sucesso da implantação do modelo em São Paulo.

Em Santa Catarina, a instalação do primeiro grupo escolar data o ano de 1911. Como podemos verificar na seguinte citação:

A reforma da instrução catarinense autorizada em 1910 e levada a efeito em 1911 sob o comando de Orestes Guimarães é tida como a mais importante reforma do ensino desse estado, considerando-se aquelas empreendidas ao longo do século. Não causa surpresa a constatação de que o primeiro grupo escolar catarinense tenha como origem o Collegio Municipal de Joinville, o qual, após reformas para adaptação, foi inaugurado em 15 de novembro de 1911 com o nome de Grupo Escolar Conselheiro Mafra. (SILVA, 2006, p.347)

No mesmo ano (1911) que foi inaugurado em Santa Catarina o primeiro grupo escolar, é também implantado em Sergipe esse novo modelo de ensino primário (SAVIANI, 2007).

No estado do Mato Grosso a implantação desse modelo de ensino primário foi realizada no ano de 1910. De acordo com Reis (2006), a instauração desse modelo daria base ao objetivo da previdência em industrializar o estado a partir de uma modernização no sistema escolar. Reis afirma que a previdência do Mato Grosso observou que,

[...] para proceder a essa reforma e conseguir atingir sua meta, deveria modernizar o sistema escolar. Ao perceber a precariedade da rede pública de ensino, Pedro Celestiano [presidente do estado] realizou uma reforma no ensino primário quatro dias após sua posse no governo, começando



pela implantação dos grupos escolares mediante um regulamento promulgado nas primeiras décadas do século XX. (REIS, 2006, p.205)

Na Paraíba, a inauguração do primeiro grupo escolar data o ano de 1916, na atual capital João Pessoa. Todavia, o ideário de criar este modelo de ensino remonta anos anteriores,

[...] a ideia de criar grupos escolares como instituição autônoma remonta a 1908, quando o presidente do estado, em mensagem enviada à Assembleia legislativa, ressaltou a necessidade de realizar uma reforma na instrução pública, apontando a importância de criação dos grupos escolares para a 'moderna educação'. (PINHEIRO, 2002, p.127)

Nesse estado, a expansão dos grupos escolares acompanhou um considerável ritmo, que segundo Pinheiro (2002) é considerado um "crescimento permanente" que vai principalmente de 1916 a 1929.

Então, como pudemos observar nessa breve síntese sobre a implantação dos grupos escolares em alguns estados do Brasil, o modelo foi ganhando espaço e se configurando como principal escola de ensino primário no período já mencionado. Essa implantação, conforme Vidal (2006), percorreu todo território nacional, embora com ritmos diferenciados.

Os grupos escolares foram criados com o objetivo de reunir em um só prédio várias salas de aulas, ou seja, reunir as chamadas cadeiras isoladas ou escolas isoladas. Todavia, o objetivo deste novo modelo não se limitava somente a esse propósito. Propiciaram a organização do ensino em sistema seriado, divisão do trabalho escolar (diretor, professor, porteiro, faxineira entre outros funcionários), possível homogeneidade com o agrupamento dos alunos em classes conforme o nível de conhecimento, racionalização curricular, controle e distribuição ordenada do tempo e conteúdo (SOUZA, 2004).

Portanto, os grupos escolares compreenderam uma modernização educacional no Brasil, já que propiciaram a superação da organização precária das cadeiras isoladas. Todavia, esta modernização ultrapassou o âmbito educacional, haja vista que "[...] os grupos escolares [...] marcaram a nova feição urbana em pleno processo de mudança [nos centros urbanos] e serviram, por conseguinte, para embelezar a cidade e dar-lhe novo ar de modernidade [...]" (PINHEIRO, 2002, p.147).

Além disso, esta nova institucionalização da escola primária tinha em foco o compromisso com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira. Por isso, que, segundo Souza e Faria Filho (2006), as propostas

para o ensino, nessa nova organização escolar, lançadas por políticos, intelectuais, reformadores e profissionais da educação pública contemplavam a necessidade de civilização da nação, moralização dos costumes, disciplinarização da classe trabalhadora e inculcação de valores cívico-patrióticos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ideário republicano compreendia a modernização da nação brasileira. Modernização essa que contemplasse a economia, o meio político e social do Brasil.

Dessa forma, podemos observar nesse breve estudo que alguns intelectuais republicanos, como Manoel Bomfim, Benjamin Constant e Rui Barbosa, apresentaram a ideia de construção/ transformação da nação brasileira como projeto eminentemente educacional. Para eles, a modernização do Brasil, a construção/reconstrução do caráter nacional e o seu desenvolvimento passavam pela instrução pública, isto é, a educação escolarizada para todo povo brasileiro.

Portanto, o ideário republicano constituía em promover no país o progresso, a ordem, a regeneração da sociedade, a civilização das massas, o fortalecimento da nação e o engrandecimento da economia, principalmente, através do combate ao analfabetismo do povo brasileiro. Desse modo, a difusão e a ampliação da oferta da instrução pública propiciariam esse novo Brasil, tanto almejado pelos republicanos.

Nesse sentido, os grupos escolares, como nova forma organizacional do ensino primário, corroboraram com este ideário, já que além de serem implantados na efervescência dos ideais republicanos, apresentavam como um dos objetivos principais difundir o ensino primário à população em geral, através de uma moderna organização escolar.

Podemos, então, observar que os grupos escolares ratificaram, pelo menos nas propostas, o ideário republicano. Ademais, verificamos que a relação entre esse ideário e a implantação dessa nova organização do ensino primário fora bastante íntima no Brasil.

Contudo, é fundamental aprofundar essa análise, principalmente fazendo uma leitura entre esses ideários educacionais proclamados no final do século XIX para o início do XX com o próprio processo de funcionamento desses grupos.

### **ABSTRACT**

The present article proceeds of developed researches in the Brazilian Education subject, which is curriculum component in the master's degree of Education Graduate Program of



Federal University of Paraíba (PPGE/CE/UFPB), during the concerning period of 2008.1. The article has as objective to determinate the relation between the idea of education showed by intellectuals, in the end of Brazilian Monarchy and the start of Republic Regime, with the implantation of a new organization in the Brazil teaching: the graduate schools or the public school groups. For this discussion, we recover the ideas of Manoel Bomfim, Rui Barbosa and Benjamin Constant, pointing the relation with the proposals that were released to instauration and organization of school groups in Brazil.

**Keywords:** National ideas. Schools groups. Popular education.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891.**

Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%A7ao91.htm)>. Acesso em:14 nov.2008.

BOMFIM, M. **A América Latina:** males de origem. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios:** cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

MACHADO, M. C. G. Fontes e História das instituições escolares: o projeto educacional de Rui Barbosa no Brasil. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas: Autores Associados: HISTEDBR: Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR): Palmas, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004, p. 65-83.

MOTTA, D. G. A emergência dos grupos escolares no Maranhão. In: VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006, p.141-152.

NASCIMENTO, T. A. Q. R. **Pedagogia liberal modernizadora:** Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana. Campinas: Autores Associados, 1997.

NOGUEIRA, M.G.; LIMA, J.M. **O ideal republicano de Benjamin Constant:** publicação comemorativa de primeiro centenário do nascimento do fundador da república brasileira. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1936.

PINHEIRO, A. C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas: Autores Associados,2002.

REIS, R. M.A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso. In. PALHARES SÁ, N.; SIQUEIRA, E. M.; REIS, R. M. (Orgs.). **Instantes e Memória na História da Educação.** Brasília, DF: Inep: Cuiabá: EdUFMT, 2006, p. 201-211.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).

\_\_\_\_\_. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, V. L. G. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de letras, 2006. p.341-376.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. et. al. **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006, p.33-84.

\_\_\_\_\_. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004, p.109-162.

\_\_\_\_\_; FARIA FILHO, L. M. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da História do Ensino Primário no Brasil. In: VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de letras, 2006, p.21-56.

VALLE, L. **A escola e a nação**: origens do projeto pedagógico brasileiro. São Paulo: Letras & Letras, 1997.